



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

7520 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

SEXO E SEXUALIDADE: UM OLHAR SOBRE LEIS, BASES E PARÂMETROS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Rafael Pepe de Araújo Góes - UFBA-MPED – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SEXO E SEXUALIDADE: UM OLHAR SOBRE LEIS, BASES E PARAMETROS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

1 INTRODUÇÃO

Sexo e sexualidade são temas por vezes vistos como delicados nas sociedades e culturas neo latinas ocidentais, sul americanas de matriz cultural hegemonicamente ibero americanas lusófonas como é o caso do Brasil.

A Educação sexual assim como as sexualidades em se tratando de suas abordagem e possíveis e discussões no âmbito escolar por vezes tornam-se, negligenciados e evitados, questões de gênero, homofobia, orientação sexual, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), contracepção e prevenção de gravidezes indesejadas por vezes quando evocados aparecem envoltos pelo o receio envolvendo a reação dos escolares e seus núcleos parentais, a falta de familiaridade com estes conhecimentos e preconceitos criam barreiras que refletem no processo de desinformação e invisibilização de temas caros a proteção dos jovens e adolescentes.

Visto que a sexualidade em nossa sociedade tem sido um tabu ao longo dos anos, somado ao crescimento e avanço das religiões neopentecostais de matriz cristã em conjunto com setores políticos de cunho tradicionalista religioso também conhecidos como bancada da bíblia que com vistas a manter e ampliar políticas que beneficiem a seus interesses próprios e costumam votar de maneira unificada tratando de dificultar e ou inviabilizar discussões envolvendo sexo e a sexualidade, sobretudo no que tange a educação de jovens e adolescentes.

O significado de “tabu” se divide, para nós, em duas direções opostas. Por um lado, quer dizer “santo, consagrado”; por outro, “inquietante, perigoso, proibido, impuro”. O contrário de “tabu”, em polinésio, é noa, ou seja, “habitual, acessível a todos”. Assim, o tabu está ligado à ideia de algo reservado, exprime-se em proibições e restrições, essencialmente. A nossa expressão “temor sagrado” corresponde frequentemente ao sentido de “tabu” (Freud, p. 31-32; 1912-1913).

Contudo segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, indica parâmetros para as matrizes curriculares que direcionam o ensino e a necessidade da

educação sexual nas escolas como forma de prevenir e alertar ao jovem sobre as Infecções Sexualmente transmissíveis (ISTs) prevenção de gravidezes indesejadas por meio da educação a respeito dos usos de métodos contraceptivos e a conscientização social no tocante as violências a fim de saber identificar, reconhecer situações de abuso para que essas práticas criminosas possam ser denunciadas e evitadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, em seus Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), possui indicações para o trabalho com a orientação sexual dentro dos chamados Temas Transversais. Na abordagem desse “tema transversal”, segundo o MEC, é necessário que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. “O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo-se, portanto, num espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.” (MENEZES, sp.2001).

Com a necessidade pré estabelecida pela LDB e PCNs em se abordar a sexualidade e o ensino da educação sexual, à época (1996) tratada ainda como orientação sexual nomenclatura essa que foi evoluindo e se alterando visto que hoje a luz das novas teorias e empoderamento dos movimentos sociais, orientação sexual é utilizada para referir-se ao interesse romântico do sujeito enquanto a nomenclatura educação sexual é utilizada para tratar da necessidade do ensino das questões relativas ao sexo e sexualidade aos escolares.

Embora a sexualidade seja um assunto que tenha ganhado visibilidade a partir dos estudos de Freud, no início do século XX, e Michel Foucault, na década de 1980, sua abordagem ainda está voltada para características normativas marcadas, principalmente, por aspectos biológicos A superação dos pressupostos biomédicos para um modelo que considere a sexualidade como o resultado de múltiplos fatores socioculturais, incluindo em seu escopo de análise a perspectiva das relações de gênero de forma transversal, ainda é incipiente. (COSTA; COELHO, 2011 APUD QUIRINO e ROCHA, sp.2012).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em sua versão do ano de 2017 prevê a abordagem da sexualidade nos anos finais do ensino fundamental nas ciências, a base trata das questões relativas ao sexo e a sexualidade de forma breve, higienista, sanitaria ligando-o a reprodução humana.

Nos anos finais, são abordados também temas relacionados à reprodução e à sexualidade humana, assuntos de grande interesse e relevância social nessa faixa etária, assim como são relevantes, também, o conhecimento das condições de saúde, saneamento básico, da qualidade do ar e das condições nutricionais da população brasileira. Pretende-se que os estudantes, ao terminarem o Ensino Fundamental, estejam aptos a compreender a organização e o funcionamento de seu corpo, assim como interpretar as modificações físicas e emocionais que acompanham a adolescência e a reconhecer o impacto que elas podem ter na autoestima e na segurança do seu próprio corpo. É também fundamental que tenham condições de assumir o protagonismo na escolha de posicionamentos que representem autocuidado com seu corpo e respeito com o corpo do outro, na perspectiva do cuidado integral à saúde física, mental, sexual e reprodutiva. Além disso, os estudantes devem ser capazes de compreender o papel do Estado e das políticas públicas (campanhas de vacinação, programas de atendimento à saúde da família e da comunidade, investimento em pesquisa, campanhas de esclarecimento sobre doenças e vetores, entre outros) no desenvolvimento de condições propícias à saúde (BRASIL, 2017, p. 327).

A BNCC ao trazer a sexualidade para sala de aula direciona sua abordagem ao caráter cientificante visto que este costuma ser o espaço encontrado para legitimar o ensino da reprodução humana, portanto investida pelo caráter da heteronormatividade e discurso

biologizante que conseqüentemente não leva em conta os aspectos psíquicos do ser de desejo que é o escolar. Com vistas apenas a evitar uma possível gravidez e a disseminação de ISTs. Partindo dessa perspectiva, a sexualidade estaria restrita ao âmbito de permanência na educação enquanto assunto restrito as ciências da natureza, valorizando os aspectos físicos e os hábitos ditos saudáveis, caindo assim em um em um discurso higienista essencialista.

Com vistas a um entendimento mais refinado a respeito do temário proposto em local de metodologia aqui será desenvolvido uma análise bibliográfica, sendo assim presente artigo teve como base para sua elaboração a pesquisas tanto em livros como em meio on-line assim como própria multireferencialidade do autor. Para tanto artigos científicos foram consultados, leituras diversas levando a o desenvolvimento de um breve apanhado histórico sobre o desenvolvimento e entendimento da sexualidade na sociedade em que vivemos com aporte teórico de nomes como Sigmund Freud com Totem e Tabu, Professora Dr^a Maria Inez Carvalho e o A- COM-TECER e Michel Foucault Com o Panoptismo e a Docilização dos corpos. Sendo assim a confluência e os emergires apontam para desconstrução de determinados paradigmas e tabus vividos pela atual sociedade machista, sexista, falocêntrica e homofóbica em que se vive na atual conjuntura.

2 DISCUSSÃO

O ensino da educação sexual no brasil mesmo na atualidade e suposta pós modernidade continua assim como grande parte dos ambientes escolares vivendo um deslocamento, retrocessos e censura ao passo em que governos conservadores, políticos e politicagens que se autodenominam extrema direita apoiados por grupos religiosos e uma forte bancada parlamentar evangélica tratam com esforços robustos de impugnar quaisquer tentativas de avanço e do desenvolvimento de uma educação sexual nas escolas e ambientes ligados a educação, tratando de invisibilizar um fato sabido e esperado, a puberdade e inicio da vida sexual, inclusive para pessoas com deficiência (PCD) visto que os impulsos, desejos e vontades emergem, não havendo portanto medidas prescritivas, manuais de instrução ou repressão capazes de prever quando e como estes A-COM-TECER-ão (CARVALHO, 2008).

Sendo assim o entendimento das leis e diretrizes permite interpretação e desenvolvimento de uma educação que perceba, entenda e veicule formas e medidas para evitar não somente a gravidez indesejada e infecções sexualmente transmissíveis mas trate de combater a homofobia, transfobia assim como os preconceitos enfrentados por pessoas com deficiências ao vivenciarem seu desenvolvimento e sexualidade(s).

A puberdade vai ocorrer para todas as pessoas: para as com surdez, com deficiência visual, com redução da mobilidade, com transtorno global do desenvolvimento, com deficiência intelectual. Nada impede o corpo de crescer, de se desenvolver, mesmo que isso gere maior ou menor preocupação nessas pessoas ou em seus familiares. Nenhuma limitação, característica pessoal ou dificuldade faz dessas pessoas “assexuadas”, pois elas serão homens e mulheres, seres de desejo, que têm o corpo erótico e, na maioria das vezes, como qualquer um, têm a capacidade reprodutiva preservada. Podem ou não ter relações sexuais satisfatórias, estabelecerem vínculos amorosos, com as dificuldades e prazeres que têm qualquer outra pessoa. O exercício da sexualidade é um direito que deve ser assegurado às pessoas com deficiência. (MAIA, p.12. 2012).

A sexualidade humana não é unitária, não se atendo a delimitações, demarcações, barreiras fixas ou percentagens precisas, diferindo do que costuma ser massivamente explorado pelas mídias que por sua vez se faz muito presente no imaginário coletivo ela pode ser múltipla, de natureza fluida e dual, orbitando entre mundos, intensidades, cores, temperaturas e possibilidades, portanto a sexualidade humana tal como o desejo são dotados de personalidade mutável, volúvel, multifacetada como um ponto cinzento sendo inter e não

intra. (CARVALHO, 2015, apud SPILLER, apud MERRELL, 1977.)

O discorrer a respeito da sexualidade no âmbito acadêmico de forma geral têm seu início muito recentemente na história ocidental, sobretudo no tocante ao compreensão da psique humana e o entendimento de que as crianças são dotadas de sexualidade como visto nos estudos desenvolvidos por Sigmund Freud, em Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade no ano de 1905, em seus estudos o médico e pai da psicologia ocidental trata do desenvolvimento e da psique humana desde a infância percebendo as diferentes formas de lidar com o corpo dotado de desejos e sensações.

A publicação da obra de Sigmund Freud, Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade, em 1905, foi um importante marco na compreensão de que as crianças não eram seres assexuados, mas, ao contrário, viviam em corpos dotados de desejos, prazeres e muita curiosidade, defendendo, inclusive, a importância e o direito delas serem esclarecidas sobre os “mistérios da vida”, ou seja, que deveriam receber educação sexual já desde a infância (MAIA, p.5. 2012).

A sexualidade infantil deve ser entendida a partir da lógica infantil e não do adulto, segundo Freud a sexualidade é vivida de maneiras diferentes, enquanto o adulto lida com sua sexualidade na vida adulta com muitas regras, pudores e sexualização falocêntrica voltada para os genitais, nas crianças essa sexualidade é vivida basicamente em 3 fases, a oral, anal, fase de latência e genital.

A partir de Freud, compreendemos que o corpo erótico existe desde o nascimento e o prazer relacionado a ele não se concentra apenas nos genitais. A expressão do erotismo ocorre por meio do que ele chamou de “zonas erógenas”, que seriam partes do corpo em que a estimulação gera sensações prazerosas. Crianças bem pequenas vivenciavam o prazer erógeno, no contato da boca com objetos (chuchar, mamar etc.), no ato de defecar (reter e controlar as fezes), nos comportamentos masturbatórios e a eleição das zonas erógenas principais tendem a ser modificadas ao longo do desenvolvimento. (MAIA, p.5. 2012).

É importante ressaltar que reconhecer a criança como sexuada não quer dizer que ela expressa a sexualidade genital adulta. Dessa maneira há uma virtualidade em perceber o escolar enquanto dotado de sexualidade, o virtual de origem no Latin Virtus existe enquanto potência, assim como uma semente está para uma árvore, o que não implica em sua não existência, pelo contrário, o virtual não faz oposição ao real e sim ao atual. (LEVY, PIERRE.1996).

3 CONSIDERAÇÕES

Todas as somas de fatores imbricaram na formação de cada indivíduo e na forma como cada um lida com sua sexualidade, a maneira como cada indivíduo foi socializada influirá diretamente na maneira como estes interagem com seus pares, colegas, adultos e demais membros da sociedade. Esconder ou tratar as questões psicosssexuais dos escolares apenas torna o tema um tabu não permitindo o entendimento saudável do mesmo. É importante perceber que na sociedade em que vivemos a sexualidade é abordada apenas com o intuito de censura.

Dentro dessa perspectiva, Foucault (2009a, p. 42) afirma que é uma característica das sociedades modernas incentivarem o discurso sobre o sexo, entretanto, valorizando-o como "o segredo". Para tanto, dentro do espaço formal de educação brasileira, a orientação sexual está inserida como um tema transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Contudo, parece coerente destacar que as iniciativas didático-pedagógicas de inclusão da temática na pauta de discussão na escola ainda apresentam resistências para a eficaz implementação (Foucault 2009a, p. 42 apud QUIRINO e ROCHA sp, 2012).

No tocante as discussões a respeito da homoafetividade no âmbito escolar a discussão se torna ainda mais carregada de preconceitos e narrativas conservadoras tanto para os grupos políticos de esquerda como os de direita, visto que se por um lado em um viés político de direita têm-se o conservadorismo radical e a bancada da bíblia a esquerda dita mais tolerante sempre houve forte repressão a homossexualidade que era e é tratada como perversão promovida pela luxúria capitalista.

Um exemplo do controle do Estado sobre uma esfera da sexualidade pode ser observado pela experiência da Revolução Cubana, cujos jovens homossexuais eram expulsos da escola mediante humilhações e apedrejamento se os mesmos fossem flagrados em atos comprometedores. A partir de então, o jovem recebia uma carta que o impedia de matricular-se em qualquer outra escola do Estado. Ser homossexual em "Cuba representava uma das maiores desgraças que podem acontecer a um ser humano" (ARENAS, 2009, p. 72 apud QUIRINO e ROCHA sp, 2012).

Tal problemática regada por falsos moralismos, e preconceito estrutural dificulta ainda mais a vivência e entendimento da sexualidade humana quando voltada para os historicamente reprimidos Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli e mais (LGBTQIAP+).

No campo da afetividade e sexualidade, o corpo crescendo também gera novas sensações: ereções penianas, lubrificação vaginal, o desejo sexual aparece fortemente, direcionado para pessoas do sexo oposto ou não, e muitas dúvidas surgem: "Será que sou normal?", "Será que sou desejável?", "Será que sou bonito?", "Será que sou gay?". Muitos momentos da vida dos adolescentes são voltados para essas dúvidas e inquietações e, às vezes, essas preocupações são mais fortes do que as escolares, tais como uma profissão futura, ou a tarefa de matemática que precisa ser feita ou, ainda, o valor da conta de luz de uma casa etc (MAIA, p.9. 2012).

Sobretudo quando se trata do público escolar negro e de baixa renda devido ao fato de historicamente o constructo do entendimento do arquétipo do homem negro na sociedade brasileira é regado por hipersexualização destes corpos sendo estes entendidos e forçados a reproduzirem uma lógica machista, sexista e opressiva e falocêntrica, deixado de lado as questões emocionais e psíquicas destes indivíduos.

Não é o "sexo" que é ruim, mas os jovens precisam aprender a viver a vida sexual com responsabilidade. Garantir a saúde sexual e reprodutiva oferecendo educação sexual aos jovens que precisam aprender a cuidar do próprio corpo, estabelecer vínculos amorosos e sexuais saudáveis, ter atitudes conscientes que previna uma gravidez indesejada ou o contágio de doenças para que possam usufruir de forma gratificante e plena a sexualidade são responsabilidades que devem ser divididas entre todos os que convivem com essa população. É importante ensiná-los a ter uma vida sexual saudável e, ao mesmo tempo, prazerosa. (MAIA, p.9. 2012).

Portanto é perceptível a necessidade de promover uma educação sexual no âmbito escolar voltada para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista biológico com o intuito de se evitar contaminações, quanto no que diz respeito a formação do indivíduo enquanto sujeito de desejo, auxiliando e provendo apoio as diferentes formas de amar e vivências da sexualidade com vistas a socializar os jovens com respeito as diferenças.

PALAVRAS-CHAVE: Sexo. Sexualidade. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Base Nacional Comum Curricular.

4 REFERÊNCIAS

ARENAS, Reinaldo. Antes que anoiteça. Tradução de: Irène Cubric. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

. Acesso em: 10 set. 2020.

CARVALHO, M. Inez. A Escola fraca da segunda ruptura curricular: um relato sobre um acom-tecer pós-doutoral. 2017.

CARVALHO, Maria Inez. O a-con-tecer de uma formação. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 17, n. 29, p. 159-168, jan./jun. 2008.

COSTA, Lucia Helena Rodrigues; COELHO, Edméia Coelho de Almeida. Nursing and sexuality: Integrative review of papers published by the Latin-American Journal of Nursing and Brazilian Journal of Nursing. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 19, n. 3, p. 631-639, mai./jun. 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 19. ed. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009a.

FREUD, Sigmund. As transformações da puberdade”, capítulo de “Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. *Op.cit.*, vol VII.1905.

FREUD, S. Obras Completas: Totem y Tabu. Espanha: Nueva, 1993. t 2.

LÉVY, Pierre. O que é o virtual? 1 ed. São Paulo: Editora 34, 1996.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi, Sexualidade e educação sexual. Bauru, Unesp, 2012.

MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (Orgs). Sexualidade e Infância. Cadernos Cecemca. Bauru, Unesp; Brasília: MEC, 2005.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete educação sexual. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/educacao-sexual/>>. Acesso em: 27 de ago. 2020.

QUIRINO, Glauberto da Silva e ROCHA, João Batista Teixeira. Sexualidade e educação sexual na percepção docente. 2012.

Verbetes educação sexual, por Ebenezer Takuno de Menezes, em *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<https://www.educabrazil.com.br/educacao-sexual/>>. Acesso em: 27 de ago. 2020.